

O método regressivo-progressivo de Lefebvre para investigar a produção de habitação social sobre o espaço em Ponta Grossa - PR

Regressive-progressive method Lefebvre's to investigate the production of social housing on space in Ponta Grossa-PR

Sandra Maria Scheffer*

Samira Kachaukje**

Resumo: O presente artigo apresenta a contribuição do método regressivo-progressivo formulado por Henri Lefebvre para captar a historicidade da produção e reprodução do espaço. Para tanto, foi utilizado como foco delimitador a produção habitacional de programas governamentais no município de Ponta Grossa. A pesquisa tem abordagem qualitativa, baseada no método definido por Lefebvre, e como percurso investigativo teve o apoio de referencial bibliográfico, levantamento documental e mapas temáticos. Os resultados obtidos a partir do recorte de estudo confirmam que o espaço local é um produto social e histórico que condiciona e é condicionado por definições de agentes que produzem e reproduzem a vida social. A política habitacional configura um espaço-tempo real e concreto que expressa um sistema de valores e comportamentos, ou seja, um sistema de relações subjetivas que se propagam sobre o material, revelando a relação dialética entre sujeito e objeto.

Palavras-chave: Produção espacial. Política habitacional. Método regressivo-progressivo.

Abstract: This article presents the contribution of regressive-progressive method, formulated by Henri Lefebvre to capture the historicity of space production and reproduction. For this purpose, was used as a delimiting focus the housing production of government programs in the city of Ponta Grossa. The research was qualitative approach based in the method defined by Lefebvre and as investigative course had the support of bibliographic reference, documentary survey and thematic maps. The results obtained from the case study confirmed that local space is a social and historical product conditioning of and conditioned by definitions of agents that produce and reproduce social life. The housing policy constitutes real and concrete space-time which expresses a system of values and behaviors, that

* Doutora em Gestão Urbana – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: sandrascheffer@uol.com.br.

** Doutora em Ciência Política (UFSCAR). Docente titular no Programa Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná / UFPR (PUCPR). E-mail: skauchakje@gmail.com

is, a system of subjective relations which spread on the material revealing the dialectic relation between the subject and the object.

Keywords: Spatial production. Housing policy. Regressive-progressive method

Submetido em 04/02/2018. Aceito em 19/04/2018

Introdução

A produção do espaço está intrinsecamente relacionada ao processo histórico de uma determinada sociedade, onde se produz e reproduz de forma complexa e ampla, o modo de produção em que está inserido. Portanto, o uso e a ocupação do solo revelam a dinâmica de cada sociedade e da interação entre diversos segmentos sociais, que vão produzindo e expressando historicamente formas espaciais resultantes de processos sociais.

Assim, é possível afirmar que o espaço é um conjunto de relações pertencentes a um determinado modo de produção, que molda e modifica o espaço já existente, do mesmo modo que o espaço configurado em um momento histórico antecedente é condicionante de novas práticas que nele se instituirão.

A produção e reprodução espacial no modo de produção capitalista configuram componentes fundamentais voltados ao processo de acumulação, como também possibilitam ações do Estado para a reprodução da vida social em espaços-tempo definidos.

As políticas públicas fomentam esta lógica, ao moldarem e modificarem as formas espaciais conforme as necessidades de produção, circulação e consumo de cada momento histórico. Em especial, a política pública de habitação promove uma reconfiguração espacial, envolvendo vários agentes que participam desta produção espacial e reprodução da vida em um processo contínuo e, desta maneira, configurando o espaço como um elemento social. Em relação às políticas habitacionais, sua implementação reflete diretamente na configuração espacial da cidade. Assim, o espaço também é condição para que determinadas formas de relações se estabeleçam em prol de seus interesses.

Lefebvre, através do método regressivo-progressivo, propõe desvendar a produção do espaço através da apreensão do movimento do real, buscando captar e associar elementos do passado e do presente para dimensionar possibilidades futuras. O método sugere analisar as relações de produção sobre determinado fenômeno, desvendando as mudanças ocorridas ou as reiterações de situações construídas no tempo. Este método foi elaborado por Lefebvre porque ele considera que o presente não representa o real. É necessário fazer a regressão para esclarecer os marcos de mudança em tempos históricos, bem como aquilo que não modificou. Busca demonstrar que as contradições são históricas e vão além dos confrontos de interesses entre categorias sociais.

Com base no método proposto por Lefebvre, este artigo busca compreender histórica e progressivamente a relação entre a produção do espaço urbano e a política habitacional, considerando para isto o caso empírico do município de Ponta Grossa. Aqui se retratam partes da tese de doutorado e se apresenta, de forma sucinta, a aplicação do método sobre o município escolhido¹. Como suporte ao percurso investigativo, ampara-se em referencial bibliográfico do autor Henri Lefebvre e correlatos à forma crítica de analisar a produção espacial. Para a aplicação do método, baseia-se em levantamento documental de legislações do município de Ponta Grossa, como também na produção de gráficos, quadros, tabelas e mapas ilustrativos sobre a produção espacial.

O artigo encontra-se estruturado em três partes, apresentando-se, num primeiro momento, o aporte teórico sobre a produção e reprodução

¹ O presente artigo deriva de tese de doutorado denominada "A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: O Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa".

espacial e a relação com a habitação; num segundo uma apresentação do método regressivo-progressivo formulado por Lefebvre, para, num terceiro momento, se demonstrar sinteticamente a aplicação do referido método sobre a produção espacial no município de Ponta Grossa, pela especificidade da produção de conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda. As argumentações são expostas durante a apresentação dos momentos que compõem a aplicação do método para então se direcionarem as inferências apresentadas na conclusão.

A habitação como elemento da produção do espaço

Sociedade e espaço estabelecem uma relação dialética em que um se realiza no outro e através do outro. Manifesta-se uma prática social que se concretiza espacialmente, onde a sociedade se apodera do mundo enquanto apropriação do espaço em um tempo determinado, ou seja, necessário à sua reprodução num momento histórico definido (CARLOS, 2014).

Na lógica presente no movimento da sociedade, emergem dois processos: o de produção e o de reprodução. Esses, por sua vez, vinculam-se à concepção de espaço enquanto produto social e histórico.

Produção denota a criação de algo pelos homens e para os homens, na qual possa reconhecer sua própria trajetória de formação humana (LEFEBVRE, 2008). Carlos (2014) também afirma que produção se vincula à produção do homem para ter condições de vida em sociedade e por esta é determinado.

A produção do espaço seria um meio de reprodução da vida social. A produção da subjetividade do homem, concomitante à construção do mundo objetivo, transparece na medida em que homem e sociedade produzem as suas condições de existência, acarretando a produção de um espaço necessário à sua materialização e, ao formar uma consciência acerca do processo em curso, reproduzindo suas representações e significados. Portanto, subjetivação e objetivação estão em um processo dialético e indissociável.

O reproduzir constitui o movimento constante de transformação e admite a continuidade do processo, tornando-o diretamente relacionado à dinâmica da vida social. O ato de produzir

admite sua reprodução como meio e condição para a realização de reprodução da sociedade. No capitalismo, este processo é orientado pelas necessidades de expansão do capital. Remete, portanto, à dinâmica da acumulação, fonte de contradições e conflitos reproduzidos no espaço e a partir dele. A reprodução se concretizaria, segundo Lefebvre (2006), num espaço concreto, condição fundamental à acumulação ampliada do capital de forma assegurada pelo Estado.

Lefebvre (2013) discute sobre o termo “produção do espaço”, relacionando o espaço à reprodução das relações capitalistas em todas as suas manifestações de conflitos e contradições. O termo reprodução é trabalhado como eixo analítico, pois é um processo complexo que desarticula, altera e aumenta as contradições, dissimulando os reais conflitos da realidade.

A forma espacial reflete e se transforma num fator social pelos valores designados aos espaços, que vão se moldando às necessidades de produção, circulação, consumo e informação de cada momento histórico.

Para Lefebvre (2008), o tempo é um elemento fundamental para a análise da produção e reprodução espacial. Tem propriedades que se vinculam ao espaço, pois é também uma mercadoria que se vende e se compra. Neste sentido, um consumidor, ao adquirir alguns “*lôcus*”, não adquire só um espaço povoado ou não, dotado de prestígio e hierarquia social. Ele também adquire uma distância, que não apenas vincula a habitação aos lugares, mas também adquire um emprego de tempo, com práticas correspondentes.

A relação entre espaço e tempo se expressa por meio da ação humana no cotidiano, pela prática socioespacial no plano da reprodução das relações sociais.

Tempo e espaço são duas categorias inseparáveis e nelas estão expressos os conteúdos do processo de reprodução social. Portanto, o espaço possui uma perspectiva histórica e aparece no seu movimento de produção e reprodução enquanto materialização das relações sociais (CARLOS, 2011; 2014).

O espaço urbano é socialmente construído (LEFEBVRE 2001; 2006; 2008; CARLOS, 2014), mas é também e sobretudo o espaço da realização do capital, uma vez que, no modo de produção capitalista e na sociedade, tem assumido uma espécie de realidade própria no mesmo

processo global que a mercadoria, o dinheiro e o capital.

Destaca Lefebvre (2008) que o espaço urbano e a habitação estão em simbiose, pois são objetos de interesse generalizado que encontram uma unidade no Estado, com predominância deste ou daquele interesse.

Desse modo, os empreendimentos habitacionais com recursos públicos vão sendo implementados para satisfazer à necessidade de moradia e dos setores construtivos. Por outro lado, geram impactos espacialmente, alterando toda forma natural antes existente. Lefebvre considera que o espaço natural (físico) vem sendo moldado. É o ponto de origem e a base do processo social de produção do espaço, mas não desaparece, pois continua como pano de fundo das alterações que ocorreram, e “persiste como camada ou sedimento do espaço histórico, suporte de espaços de representação” (LEFEBVRE, 2006, p.47).

O crescimento das cidades altera os cenários, com as construções e com todas as redes de serviços urbanos que se fazem necessárias à implantação das unidades habitacionais, as quais carecem de equipamentos sociais, tais como áreas de lazer, escolas, acesso à saúde, bem como linhas de circulação que conectam a outras áreas que atendam às suas necessidades de trabalho, consumo, entre outras. Além disso, modifica os cenários, na medida em que os empreendimentos habitacionais necessitam de interlocução interna e com outros espaços, ou seja, de mobilidade.

O papel fundamental do Estado na implementação de políticas sociais que possam tornar efetivo o direito social e fundamental à moradia se expressa através de programas vinculados à política social de habitação. Os programas habitacionais devem ser construídos em consonância com os ditames da legislação federal, estadual e municipal, ou seja, conforme o previsto no planejamento urbano, o qual se ampara num leque de mecanismos e instrumentos que conduzem à sua operacionalização.

A proposta da cidade é sintetizada no plano urbanístico, prevendo-se os resultados que se pretende alcançar, as ações propostas e os instrumentos que serão utilizados. Assim, os instrumentos urbanísticos são ferramentas legais para o Estado interceder no espaço, tanto na

sua produção como na reprodução, regulando-o e direcionando-o. No Brasil, os instrumentos urbanísticos municipais possuem parâmetros advindos da política urbana e do Estatuto da Cidade, que através de suas diretrizes conduzem à elaboração de tais parâmetros.

Para definir a localização de construção destes empreendimentos, vários agentes sociais operam em um contexto de diversidade de interesses e definição de lógicas de ocupação socioespacial. A atuação destes agentes sociais é complexa, resultando da dinâmica da acumulação de capital e das necessidades que se alteram na reprodução das relações de produção (CORRÊA, 2000).

Nesse sentido, os empreendimentos habitacionais são resultado de um processo de produção do espaço, que articula diversos agentes interessados em valorizar seu capital no processo produtivo.

Assim, os instrumentos urbanísticos constituem uma política do espaço e, portanto, são políticos. Lefebvre (2008) afirma que o “espaço é político”, complementa ao defender que o espaço é ideológico e estratégico, e ainda questiona o motivo pelo qual assim se constitui, tendo em vista que é também produto social, ou seja, relaciona a produção de coisas e do espaço às relações sociais que a constituem, e justamente nestas relações estão os agentes e seus interesses.

A implantação dos empreendimentos altera o perfil socioespacial das cidades, além de amplificar o crescimento para áreas até então não ocupadas por moradias, pois a definição do público-alvo acaba por definir a lógica da produção espacial urbana, gerando espaços com características socioeconômicas semelhantes e suscitando espaços de segregação socioespacial urbana (CORRÊA, 2000). Assim, a implantação de programas habitacionais que atendem a certas demandas, tendo como um dos principais critérios a renda salarial, irá acarretar um perfil semelhante de usuários no que se refere ao poder aquisitivo, criando-se bairros padronizados, tanto populares quanto elitizados. Isto define uma lógica imobiliária relacionada à oferta e demanda em consonância com os agentes que operam e moldam o espaço.

Uma das formas de a cidade expressar a segregação está na distribuição das moradias no espaço urbano, gerando diversidades de padrões

sociais, econômicos, culturais, ou seja, um determinado espaço urbano pode ser identificado quando está padronizado pelas características das residências e da população residente. É também neste espaço que desigualdades sociais são manifestas, a presença ou carência dos recursos comunitários se faz notar e a qualidade dos serviços apresenta-se desigual.

Nesse viés, a implantação de programas habitacionais estatais para baixa renda pode ser compreendida como uma forma de segregação imposta, definida como um modo dos mais pobres ocuparem o espaço urbano (CORRÊA, 2000), pois, ao atender a certas demandas com características semelhantes, conforme critérios socioeconômicos preestabelecidos, direcionam e induzem este público para vilas socialmente homogêneas.

As formas espaciais geradas pela política pública de habitação são socialmente produzidas por agentes concretos, os quais irão definir as formas com as quais a população irá coexistir. Neste sentido, a política habitacional estatal destinada às pessoas de baixa renda corrobora com a lógica urbanística capitalista de reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008).

O método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre

Henri Lefebvre desenvolveu o método regressivo-progressivo para estudar a realidade rural durante a elaboração de sua tese de doutorado em sociologia rural. A realidade camponesa ofereceu meios para a observação e análise de um determinado período histórico e o pressuposto de que coexistiam as formações de épocas diferentes.

Portanto, Lefebvre propôs o método regressivo-progressivo para captar a historicidade da produção do espaço, estimulando o pesquisador a identificar e a relacionar analiticamente os momentos históricos das relações sociais, concepções e objetos apreensíveis em qualquer “campo” empiricamente pesquisado.

A produção do espaço constitui um processo histórico relativo à reprodução (ampla) de relações capitalistas de produção pela mediação do “concebido”, “percebido” e “vivido” (LEFEBVRE, 2006). Estes momentos estão vinculados à prática

espacial, que só se compreende decifrando o espaço.

Para o autor, o espaço concebido seriam as representações do espaço que tenderiam para aquilo que foi elaborado por profissionais. No concebido, pode estar intrínseco o percebido e o vivido. O espaço percebido está vinculado à prática do espaço na realidade cotidiana, relacionando o tempo e a realidade urbana onde se entrelaçam, por exemplo, os percursos que ligam os lugares do trabalho, do lazer, da vida privada, etc. Para complementar a investigação da prática espacial, deve-se compreender o espaço vivido, que seriam os espaços de representação, que se expressam por imagens e símbolos que acompanham o espaço dos habitantes. Seria o espaço dominado e que a imaginação busca se apropriar e modificar.

O método regressivo-progressivo busca captar a lógica na triplicidade destes termos nas dimensões investigativa e interpretativa. Assim, esse duplo papel vem à tona nas três etapas, nos três momentos dialéticos, ou seja: do concebido nas representações do espaço, do percebido na prática do espaço e do vivido nos espaços de representação (LEFEBVRE, 1991; 2006).

A metodologia regressiva-progressiva vincula três etapas: o momento descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético. No momento descritivo, o foco está na observação do objeto e na descrição com criticidade, buscando-se apresentar as temporalidades, sem precisar com rigor o tempo de cada relação social. Nesta fase, discorre-se sobre a diversidade das relações sociais com base na observação amparada na experiência e no suporte teórico. O pesquisador, com o apoio das técnicas escolhidas como questionários, entrevistas e observação, descreve o campo empiricamente definido. Assim, vai se desvelando a complexidade horizontal da realidade na descrição do visível. Compete ao pesquisador reconstituir, com base num olhar teoricamente informado, identificar e descrever o que se vê. A complexidade horizontal apresenta as diversidades espaciais das relações sociais (LEFEBVRE, 1978; MARTINS, 1996).

O segundo momento é o analítico-regressivo, quando se busca decompor a realidade e o pesquisador deve datar as relações sociais. Ocorre um processo de regressão histórica, em que se faz necessária a definição precisa de

uma data que será o marco temporal (MARTINS, 1996; FREHSE, 2012).

Busca-se alcançar nesta etapa a complexidade vertical da vida social, ou seja, identificar no tempo as relações sociais que se desdobram em espacialidades e temporalidades desencontradas e coexistentes. As duas complexidades – a horizontal e a vertical – se entrecruzam, atuando uma sobre a outra (LEFEVBRE, 1978). As relações vão apresentando as suas conexões, que não são contemporâneas. Destacam-se elementos remanescentes de épocas específicas e que se reproduzem no presente.

O momento histórico-genético é o terceiro momento do método dialético de Lefebvre, fase também conhecida como regressivo-progressivo (ORTIGOZA, 2010) ou histórico-progressivo (FREHSE, 2012). Neste momento, o pesquisador faz o reencontro com o presente de forma mais esclarecida, compreendida e explicada.

Nesta fase final do método, recuperam-se as temporalidades desencontradas e coexistentes, sem entendê-las como uma sucessão de etapas históricas. Deve-se apresentar as modificações que ocorreram, bem como as contradições emergentes, as rupturas, os conflitos, traçando as reflexões finais sobre o problema pesquisado. Martins (1996) afirma que sobrevém uma volta à superfície fenomênica da realidade social, esclarecendo o percebido pelo concebido teoricamente e definindo as condições e possibilidades do vivido.

O potencial do método para desvendar empírica e teoricamente o objeto de pesquisa consiste em uma base de orientação teórico-metodológica, pois busca encontrar não somente a coexistência de relações sociais, que têm datas diferenciadas, mas também as possibilidades de modificação do problema investigado. Estudam-se as particularidades do presente a partir dos legados do passado, assim como indicam-se características futuras. Desse modo, o conhecimento vai sendo construído sob um rol de informações interligadas, em que o real existe num movimento ininterrupto que vincula passado, presente e futuro.

Aplicação do método sobre a produção espacial no município de Ponta Grossa

Com base no método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, delineou-se a produção espacial urbana pelo viés dos programas de habitação para famílias de baixa renda no município de Ponta Grossa, Paraná, o que possibilitou desvendar fundamentos, processos e contradições sociais que justificam a configuração espacial urbana.

De acordo com os três momentos que estruturam o método, apresentam-se alguns elementos investigados e interpretados.

Momento Descritivo: o espaço habitacional em Ponta Grossa segundo a legislação

O momento descritivo foi construído a partir de informações sobre a configuração espacial de Ponta Grossa. Para tanto, foi utilizado como base o Plano Diretor Municipal de 2006, a Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo de 1999, como também o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de 2011, para identificação das características da configuração do espaço habitacional. Estes documentos definem um espaço concebido, ou seja, uma representação do espaço.

Ponta Grossa, segundo o IPARDES (2004), é um município paranaense que opera como ponto de confluência das relações do Sul/Sudeste brasileiro e da penetração para o interior do Estado. Une o norte e o oeste paranaense ao Porto de Paranaguá, passando pela aglomeração metropolitana de Curitiba.

É uma cidade caracterizada como centro urbano de médio porte, com elevado grau de centralidade e de polarização na região (PONTA GROSSA, 2006). Classificada pela REGIC – Rede de Influência das Cidades (IBGE, 2008) como capital regional C, ou seja, possui influência no âmbito regional, servindo como polo para várias atividades por uma grande quantidade de municípios circunvizinhos.

Na malha urbana, as características mais predominantes com relação ao uso e ocupação do solo urbano, segundo o Plano Diretor de 2006, encontram-se: o crescimento da malha para as direções noroeste (Norte do Paraná), norte (Castro) e leste (vale do Cará-Cará); o adensamento na

região central e seu entorno e o crescimento ao largo dos espigões, que são eixos de circulação; o comércio e os demais serviços estão concentrados no centro da cidade e corredores viários; a implantação de loteamentos isolados, os quais possuem problemas de interligação por se localizarem na periferia.

O uso e a ocupação do solo são regidos por instrumentos urbanísticos, entre os quais a Lei de Zoneamento, vigente do município de Ponta Grossa, nº 6.329/99, que institui as seguintes zonas: central, polo, eixo Ponta Grossa, comercial, corredor comercial, serviços, industrial, residencial, áreas verdes especiais e zona especial de interesse social.

Nesta lei, a área habitacional está definida pelas Zonas Residenciais - ZR 1, 2, 3, 4, 5 e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS. A classificação numérica define a densidade populacional e se é possível construir unidades habitacionais ou outras diversidades de usos e ocupação. A que define as áreas residenciais destinadas a conjuntos habitacionais de interesse social é a ZR - 5 e as áreas residenciais que compreendem as favelas e os condomínios sociais existentes no perímetro urbano são consideradas ZEIS.

Em Ponta Grossa, uma situação apresentada e que demanda por intervenções na área habitacional é a das famílias que moram em área de risco. Conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2011, das 8.769 famílias que vivem em ocupações irregulares, distribuídas em 162 pontos no perímetro urbano, 7.459 estão em área de risco (PONTA GROSSA, PLHIS, 2011). As que estão em área de risco se encontram prioritariamente ao lado de linhas de trem, embaixo de fio de alta tensão e nos fundos de vale junto aos arroios, áreas sem condições de edificação e de saneamento.

Essas famílias podem estar em situação de periculosidade e insalubridade como também contribuem para a perda e ou alteração da biodiversidade, com a remoção da mata ciliar de áreas de proteção ambiental – APP, o que acarreta em poluição, contaminação das águas dos arroios, erosão das encostas, escorregamentos de terras, entre outros fatores que geram problemas para a preservação ambiental das áreas.

Estabelecendo um paralelo com os vazios urbanos e áreas não loteadas no perímetro

urbano do município, tem-se a possibilidade da utilização de áreas para programas habitacionais. Os vazios urbanos seriam áreas não ocupadas que possuam infraestrutura, e as áreas não loteadas são espaços não parcelados existentes dentro do perímetro urbano municipal, de acordo com o zoneamento e as condições ambientais.

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social, foram verificadas áreas aptas na Zona Residencial 2 e Zona Residencial 3, nos vazios urbanos que totalizaram 787,76 há, e nas áreas não loteadas, que representam 1.634 ha. Esses espaços poderiam produzir de área líquida, isto é, descontando a área destinada para ruas, instituições, comércio e área verde, o potencial aproximado de 71.533 lotes com 300 m², o que poderia reduzir a demanda habitacional, visto que tais áreas possuem características passíveis de ocupação com habitação de interesse social.

Conforme as necessidades habitacionais identificadas no PLHIS, seria necessária a construção de 28.063 novas unidades para a população com renda mensal entre 0 a 5 salários mínimos, o que indica que as áreas existentes inclusas no perímetro urbano seriam suficientes para abrigar essa demanda.

Os vazios urbanos podem ser conduzidos via instrumentos urbanísticos, como as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS para a produção habitacional. Estas operam sobre o mercado fundiário, pois têm por objetivo transformar parte dos terrenos vagos em empreendimentos habitacionais de interesse social, como também estabelecer um padrão urbanístico próprio para a regularização de assentamentos informais.

Ponta Grossa não possui, na sua legislação urbanística, uma definição que compreenda áreas de vazios urbanos pelas ZEIS. Há a Lei nº.10.581 de 2011, que promove alterações na Lei nº 6.329, de 16/12/1999, na qual fica definido que as ZEIS seriam as áreas de favelas e condomínios sociais passíveis de regularização. Portanto, estas são definidas legalmente para áreas já ocupadas, onde tem-se a possibilidade de tal objetivo, mas não permite a utilização dos vazios urbanos e ou áreas não ocupadas para o poder público realizar uma política de habitação de interesse social, para atendimento da demanda em áreas que possuem infraestrutura e acesso aos recursos públicos.

A partir de 2009, o município passou a receber recursos federais, através do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Foram 19 conjuntos implementados entre 2009 e 2014, edificados por 6 empresas construtoras. Nenhum está situado em área apta para programas habitacionais em vazios urbanos. Apesar de previsto no PLHIS de Ponta Grossa como estratégia de política pública habitacional, os vazios urbanos não são utilizados como política de inclusão urbanística. Com relação às áreas não loteadas, nelas foram construídos 7 conjuntos.

Para a construção dos conjuntos habitacionais, houve a necessidade de alteração do perímetro de rural para urbano para 10 empreendimentos. Outros 5 estavam em áreas urbanas, porém com finalidade rural, isto é, realizavam atividades agrícolas; e 2 conjuntos possuíam área em ambos os perímetros, porém com finalidade rural. Somente o Residencial Esplendore estava em área urbana não edificada, sem finalidade rural. No Quadro 1 consta a especificação do perímetro anterior e da finalidade anterior.

QUADRO 1: Perímetro e finalidade anterior da área dos conjuntos Minha Casa Minha Vida

	Nome Empreendimento	Perímetro anterior	Finalidade anterior
01	Residencial Califórnia I	Urbana	Rural
02	Residencial Califórnia II	Urbana/rural	Rural
03	Residencial América	Urbana	Rural
04	Residencial Esplendore	Urbana	Urbana
05	Conjunto Habitacional Jardim Amália I	Urbana	Rural
06	Conjunto Habitacional Jardim Amália II	Urbana	Rural
07	Conjunto Habitacional Jardim Boreal	Urbana/rural	Rural
08	Conjunto Habitacional Jardim Gralha Azul	Rural	Rural
09	Residencial Jardim Panamá	Rural	Rural
10	Conjunto Habitacional Porto Seguro	Rural	Rural
11	Residencial Athenas	Rural	Rural
12	Residencial Jardim Costa Rica I	Rural	Rural
13	Residencial Jardim Costa Rica II	Rural	Rural
14	Residencial Jardim Costa Rica III	Rural	Rural
15	Residencial Londres	Rural	Rural
16	Residencial Roma	Rural	Rural
17	Residencial Jardim Itapoá	Rural	Rural
18	Residencial Recanto Verde	Urbana	Rural
19	Residencial Buenos Ayres	Rural	Rural

Fonte: Divisão de Projetos Técnicos – PROLAR (2016). Dados organizados pela autora

A implantação dos conjuntos habitacionais foi remodelando a configuração espacial do município, tanto na ampliação do perímetro urbano como alterando a finalidade funcional da área.

A Lei nº 9865 de 2009, que vigora sobre a divisão territorial do município de Ponta Grossa para fins de organização política, define e classifica espacialmente as áreas municipais, demarcando o perímetro urbano do rural. Anteriormente e posteriormente a esta lei, inúmeras leis e decretos foram instituídos com o propósito de realizar

adaptações no limite, alterando a área para urbana, e entre estas as referentes à implantação dos conjuntos habitacionais.

A construção em áreas definidas anteriormente como rurais é permitida na legislação do PMCMV, desde que sejam consideradas área de expansão urbana e observem o respectivo Plano Diretor. No caso de Ponta Grossa, as áreas foram aprovadas pelos órgãos municipais, ampliando a área do perímetro urbano.

Momento Analítico-regressivo: o contexto histórico e a produção espacial habitacional em Ponta Grossa

A compreensão do processo histórico como etapa dialética de um caminho torna-se necessária para entender que o presente possui vinculações com o passado. As relações sociais contemporâneas também se manifestaram em momentos históricos específicos (LEFEBVRE, 1978; MARTINS, 1996; FREHSE; 2012).

Neste momento do método, realizou-se uma decomposição através do tempo sobre a produção do espaço urbano em Ponta Grossa, pelo viés da produção de empreendimentos habitacionais de interesse social realizados por Companhias de Habitação, para se compreender a complexidade vertical, em que o real não resulta de atos, de práticas e de representações que são contemporâneas (SOUZA, 2009).

Os planos diretores são instrumentos amplos, pois abarcam questões relacionadas a saneamento, transporte, educação, saúde,

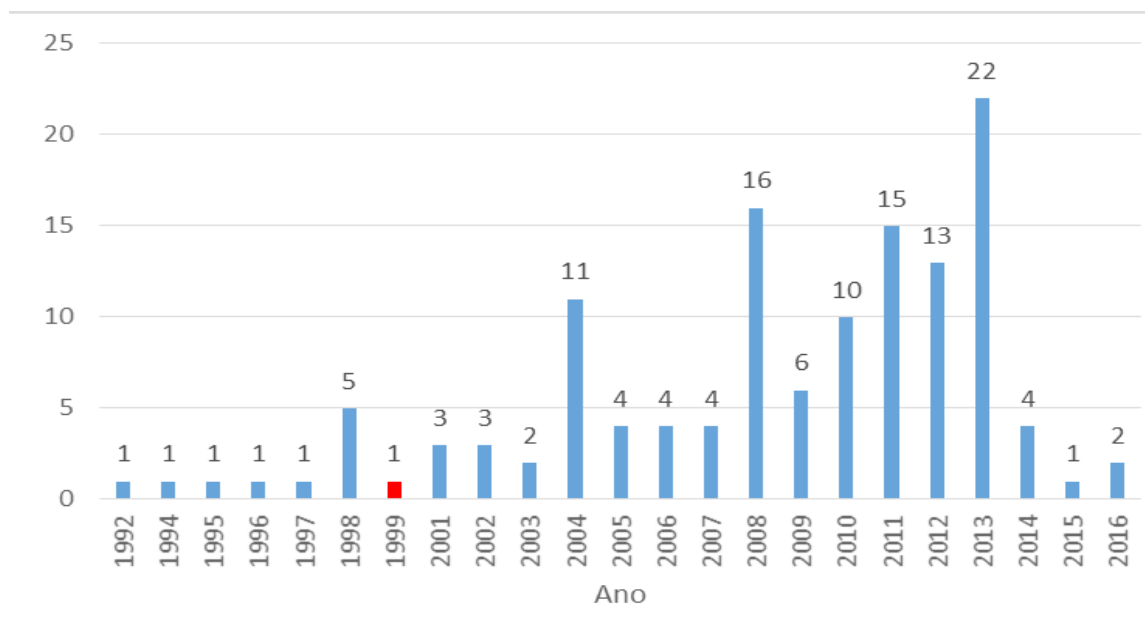
habitação, desenvolvimento econômico e social, dentre outros temas. A Lei de Zoneamento é mais específica ao definir o uso e a ocupação do solo, contudo, têm intensa interferência no controle e ou fomento da especulação imobiliária. O Plano Diretor propõe diretrizes para o crescimento espacial do município e as Leis de Zoneamento deveriam derivar deste fio condutor.

Em Ponta Grossa, houve 3 Planos Diretores, datados de 1967, 1992 e 2006, respectivamente. As leis de zoneamento são de 1976, 1985, 1992 e 1999, e, concomitante a estas, inúmeros decretos e leis apresentavam alterações, conforme especificado na sequência.

A Lei de Zoneamento decorrente do Plano Diretor de 2006 não veio a ocorrer. A Lei nº 6.329 de 1999, vigente até a presente data, é anterior ao Plano Diretor, e posterior a este só ocorreram alterações.

O Gráfico 1 destaca o ano de 1999 da instituição da Lei 6.329 e a frequência de alterações anteriores e posteriores, as quais identificam parâmetros da produção espacial local.

GRÁFICO 1: Lei 6.329/99 – Frequência de alterações anteriores e posteriores



Fonte: Leis municipais. Organizado pela autora

De 1992 a 1999, ocorreram 10 alterações. Posteriormente à implementação da Lei vigente, ocorreram 120 alterações subsequentes através de leis e decretos que foram promulgados para definir modificações nos limites entre as áreas,

no quadro de índices urbanísticos e na alteração de finalidade de área.

A Lei de Zoneamento não é estática e as modificações que ocorreram foram conforme a competência legislativa municipal, porém nem

sempre estão sintonizadas com os aspectos técnicos definidos pelo planejamento urbano e ocupação do solo.

A demanda por alterações parte do poder público, em atendimento aos interesses públicos e privados que necessitam modificar a finalidade de uma área para concretizar o uso espacial de determinada área. No Gráfico 1 fica evidente que nos anos de 2004, 2008 e entre 2009 e 2013 ocorreram um maior número de alterações, demonstrando maior movimentação dos agentes envolvidos. Como discutido por Lefebvre (2008), o espaço não é neutro, ele é político, marcado por posicionamentos de agentes que vão moldando sua configuração. Portanto, um instrumento político intencionalmente manuseado e que, através da sua legislação, vai definindo os agentes que modificam a representação do espaço em prol de seus interesses.

Este descompasso temporal e espacial entre a proposta de 2006 do Plano Diretor e Lei de Zoneamento de 1999 gerou divergências entre o recomendado e o aplicado, pois, considerando que a produção do espaço urbano é determinada pelo uso e ocupação do solo, tem-se que o previsto pelo Plano Diretor de 2006 ficou subestimado, permanecendo a primazia para a Lei de 1999 e suas alterações subsequentes. O município apresenta esta contradição, visto que possui um Plano Diretor adequado à legislação federal, porém não tem eficácia, enquanto que utiliza uma lei de zoneamento defasada, embora manipulável.

O controle do espaço através da legislação do uso e ocupação do solo e do zoneamento determina setores que demarcam interesses sobre as áreas. Neste sentido, o zoneamento reitera uma segregação programada, pois é apoiada pelo poder público, ratificando as estratégias dos agentes influenciadores sobre o espaço concebido.

O ordenamento do uso e ocupação do solo através da lei de zoneamento contribui com a movimentação do mercado de terras, como também com a definição de áreas com forte homogeneidade social, ao determinar espacialmente a localização dos empreendimentos habitacionais.

Quanto à divisão territorial do município de Ponta Grossa, esta passou por constantes alterações que foram redefinindo o processo de produção do espaço. As modificações que ocorreram nos limites do perímetro urbano a partir de

1950 foram no sentido de expandi-lo. A Tabela 1 demonstra quantitativamente este crescimento.

Tabela 1: Área dos perímetros urbanos e crescimento relativo em Ponta Grossa, de 1950 a 2010

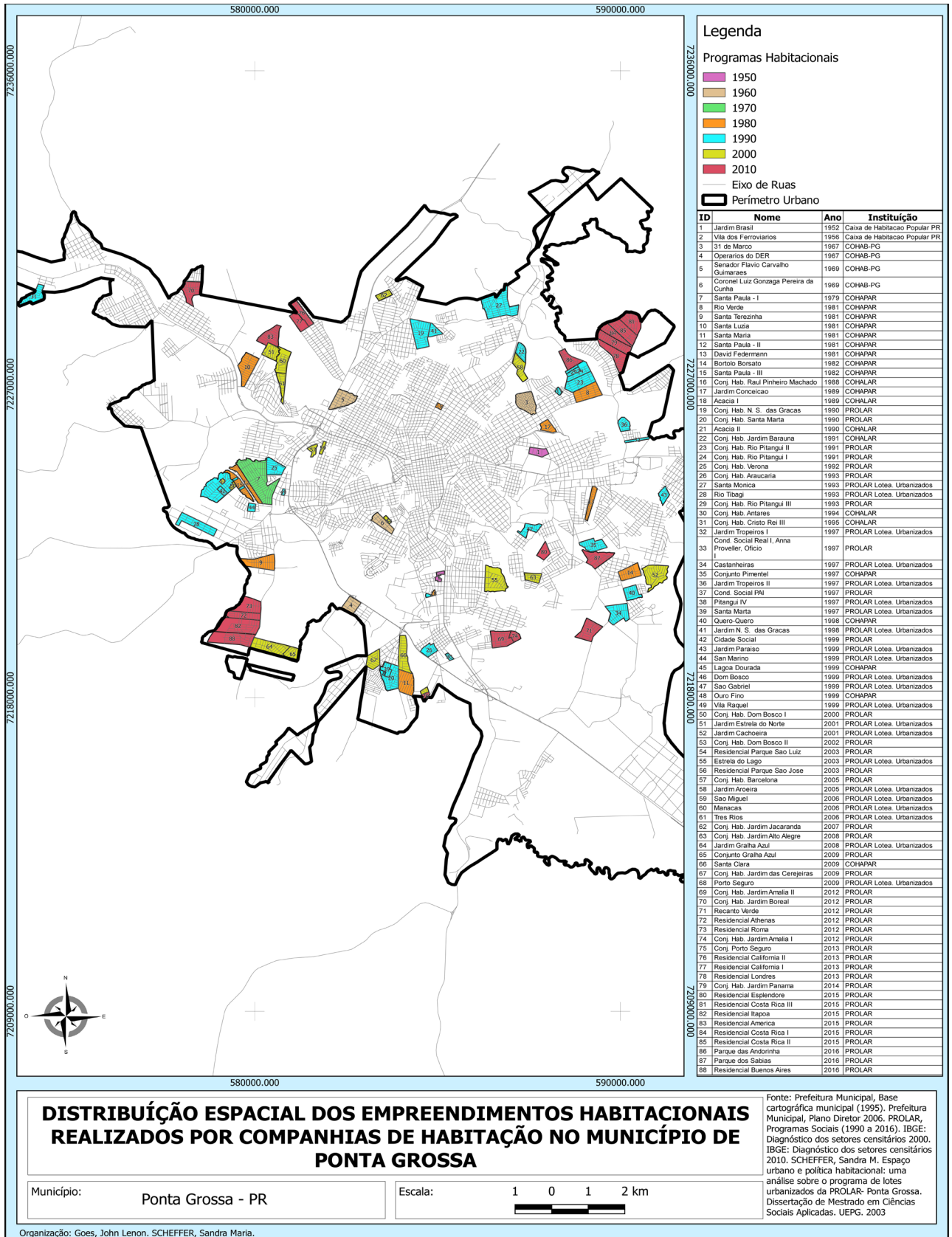
Ano	Área (Km ²)	Crescimento relativo (%)
1950	22,4	
1960	50,3	124,5
1970	90,2	79,3
1980	149,3	65,5
1990	150,3	0,6
2000	200,3	33,3
2010	243,1	21,4

Fonte: De 1950 a 2000 - NASCIMENTO; MATIAS (2011). A década de 2010 foi calculada pelo Qgis com base em regulamentações que alteraram o perímetro. Dados organizados pela autora

Este acréscimo na expansão urbana decorre do processo sócio-histórico do município e locacional. Como um município de entroncamento rodoferroviário, a expansão ocorreu acompanhando grandes vias de deslocamento rodoviário e ferroviário, formando espigões de desenvolvimento local.

Para demonstrar espacialmente o percurso histórico das ações habitacionais, apresenta-se na Figura 1 os empreendimentos habitacionais, de 1952 a 2016, em Ponta Grossa, qualificando-os por ano de entrega e companhia de habitação que operou no município.

Figura 1: Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais realizados por companhias de habitação em Ponta Grossa



Fonte: Organização de Goes e Scheffer (2003).

Foram 88 empreendimentos produzidos por 4 Companhias públicas e 1 Cooperativa privada. Na Tabela 2, identificam-se quantitativamente

os empreendimentos e as companhias atuantes por década.

Tabela 2: Número de empreendimentos habitacionais de interesse social implementados por década em Ponta Grossa

Década	Nº de empreendimentos habitacionais	%	Nº de companhias habitacionais atuantes no período
1950	2	2,3	01
1960	4	4,6	01
1970	1	1,1	01
1980	11	12,5	02
1990	31	35,2	03
2000	19	21,6	02
2010 a 2016	20	22,7	01
Total	88	100	

Fonte: SCHEFFER (2003); Relatório PROLAR (2016). Dados organizados pela autora

Os conjuntos habitacionais foram resultado, condição e meio de um dos elementos que compõem o processo de produção do espaço. Isto transcorreu durante décadas com maior movimentação em alguns períodos, articulando diversos agentes no processo produtivo: o poder público, o setor privado e os moradores, cada um defendendo seus interesses, gerando contradições, mas também sintonia em prol de seus objetivos. Assim, o espaço urbano foi sendo produzido através da produção de relações sociais e da mercadoria.

O processo da reprodução do espaço não abrange só o recente, mas contém juntamente o remoto. A Figura 2 evidencia características que reiteram o passado e outras que se diferenciam.

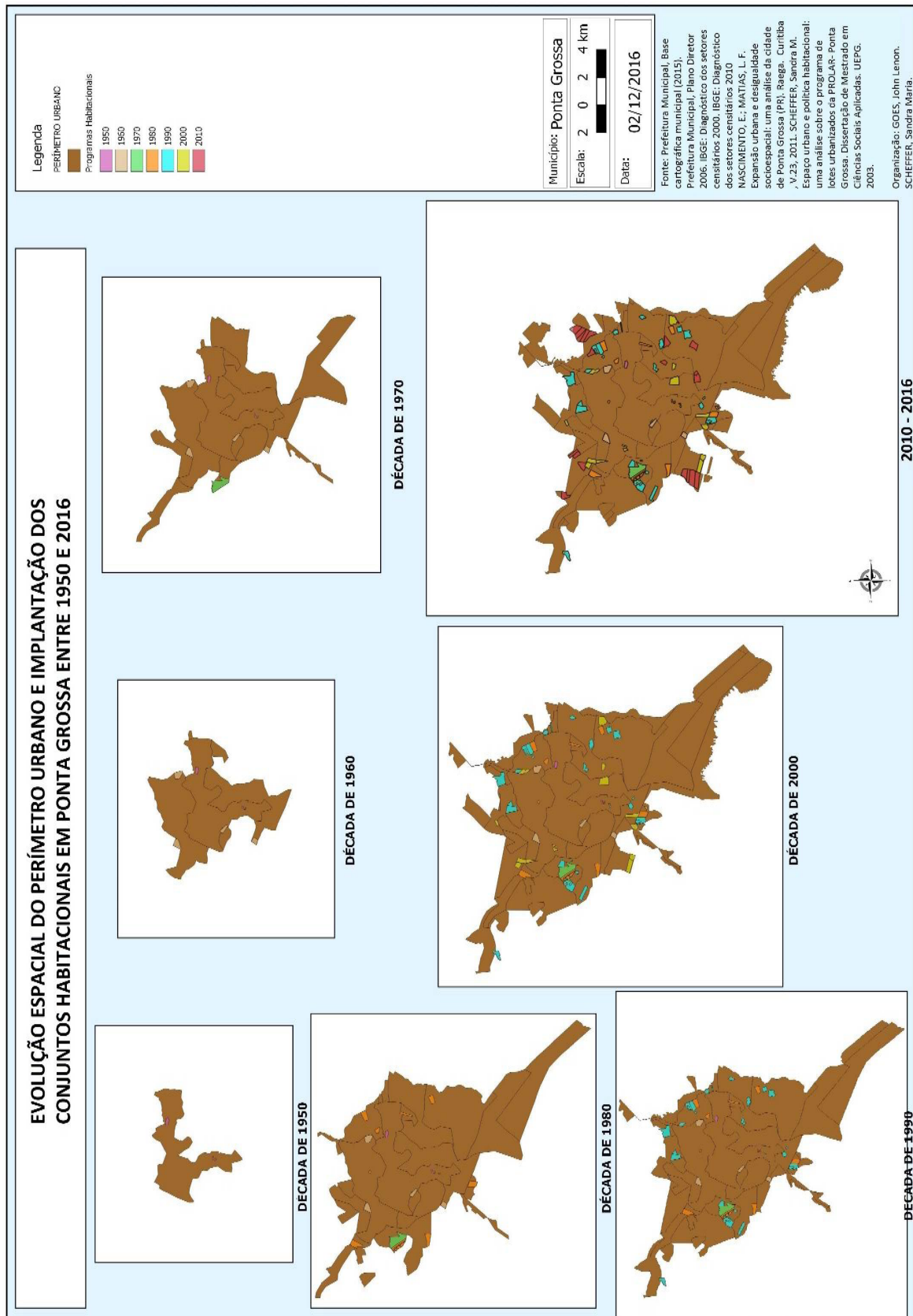
Quando se situa a implementação dos programas por década, tem-se que a localização dos primeiros empreendimentos da década de 1950 ficaram vinculados à proximidade do local de trabalho das categorias militares e ferroviários, como também se localizavam nos eixos de desenvolvimento da época - Uvaranas e Oficinas.

Na década de 1960, a localização dos 4 empreendimentos foi dispersa no espaço urbano, mas todos foram implantados na borda periférica, ampliando a malha urbana. Essa década foi o período em que o perímetro urbano mais evoluiu, com 124,5% (vide Tabela 1) de aumento em relação à década anterior. Isto não indica que o espaço estava ocupado, pois “apenas 29,4% das

terras havia algum tipo de edificação (residencial, comercial, de prestação de serviços etc.), ao passo que 60,12% eram compostas por glebas e lotes desocupados” (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p.84).

Na década de 1970, apesar de o perímetro urbano ter evoluído 79,3%, somente um conjunto habitacional foi entregue no ano de 1979, localizado na borda periférica, ampliando a malha urbana. Este hiato temporal decorreu do fim das atividades da COHAB-PG e o início das atividades da COHAPAR.

Figura 2: Evolução espacial do perímetro urbano e implantação dos conjuntos habitacionais em Ponta Grossa nas décadas entre 1950 e 2016



Fonte: Organização de Goes e Scheffer (2003)

Todavia, durante a década de 1980, as atividades da COHAPAR foram intensas com a implantação de 9 conjuntos habitacionais, disseminados em diversas regiões, seguindo a expressiva expansão da área urbanizada, com 65,5%. Também houve a construção de 2 condomínios fechados de apartamentos pela COHALAR.

Os terrenos dos programas da COHAPAR, nessa época, eram provenientes da parceria com a Prefeitura Municipal, que desapropriava terrenos particulares; contudo, conforme a Figura 2, a localização de 8 conjuntos habitacionais segue a tendência de ampliar o perímetro urbano periféricamente, enquanto que os 2 condomínios fechados e 1 conjunto habitacional ficaram situados em áreas anteriormente não loteadas do perímetro urbano, das décadas de 1950 e 1960.

Nesta década o aumento do perímetro urbano decorreu da implantação dos novos conjuntos habitacionais, com também do processo de especulação fundiária. Aumentar o perímetro urbano gerando vazios que posteriormente teriam valorização foi uma estratégia dos empreendedores imobiliários para a lucratividade empresarial capitalista, tanto por meio da valorização espaço-temporal, como em decorrência dos investimentos públicos na localidade.

Segundo Nascimento e Matias (2011), na década de 1980, havia 44,07% de áreas desocupadas e 49,74% de áreas com edificações, o que indica um espaço urbano densamente ocupado, mas com inúmeros vazios em sua periferia.

No período que compreende a década de 1990, o crescimento relativo do perímetro urbano foi de 0,6%, enquanto que a implantação de programas habitacionais foi intensa, com 31 empreendimentos efetuados por 3 companhias habitacionais públicas ou privadas, ou seja, a expansão do perímetro urbano não ocorreu devido à implantação dos programas. Esta divergência se esclarece quando se vincula ao crescimento do perímetro urbano de décadas anteriores, que geraram novas áreas periféricas com baixa ocupação.

Na Figura 2, evidencia-se que a majoritária implantação dos programas de 1990 ocorreu de forma espalhada na ampliação do perímetro da década de 1980, nas bordas periféricas. A característica da década de 1990, de ocupação das áreas não loteadas sem expandir demasiadamente o perímetro e criar novos vazios urbanos,

ocorreu em virtude de o mercado de terras inserido no perímetro urbano estar abastecido com a existência de terras ociosas em áreas de expansão de décadas anteriores.

A década de 2000 prosseguiu com as características da década anterior em relação à implantação dos empreendimentos em áreas já situadas no perímetro urbano, porém, paralelamente, ocorreu o crescimento do perímetro urbano em 33,3% em relação à década anterior. Foram 19 empreendimentos habitacionais de interesse social realizados em localização periférica, dos quais 18 foram implantados em áreas não loteadas, advindas da expansão urbana de 1970 a 1990, e somente 1 empreendimento gerou a ampliação do perímetro.

Portanto, nessa década ocorreu novamente a expansão do perímetro urbano, ampliando áreas ociosas de lotes e glebas desocupadas, áreas para fins agrícolas e até com reflorestamento. Estas três áreas perfizeram um total de 43,18% e ficaram de prontidão para o momento “ideal”, conforme os interesses do capital para alterar a forma de uso. Durante este processo, ocorreu a valorização da área, caracterizando a especulação fundiária.

Na Tabela 3, tem-se os principais tipos de ocupação da terra na área urbana nas décadas de 1960, 1980 e 2004.

Tabela 3: Participação percentual (%) dos principais tipos de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa (1960, 1980 e 2004)

Tipo de Ocupação	Anos		
	1960	1980	2004
Edificações	29,44	49,74	51,78
Lotes e glebas desocupadas	60,12	44,07	17,01
Chácaras	2,03	2,42	19,98
Mata	6,74	3,03	5,04
Outros	1,67	0,74	6,19
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: NASCIMENTO; MATIAS (2011) por meio de interpretação de fotografias aéreas (1960/1980) e imagem de satélite (2004)

Destaca-se, na Tabela 3 o aumento percentual de áreas para chácaras utilizadas para fins agrícolas, ou seja, ampliou-se, de uma média acima de 2% em décadas anteriores, para quase 20% da área em 2004. Esta característica vai

rebatem sobre a implantação dos empreendimentos do MCMV na década posterior.

Na década de 2010, o crescimento do perímetro urbano foi de 21,4% e 20 conjuntos habitacionais foram implementados, dos quais 11 vinculados ao PMCMV ampliaram o perímetro urbano. Os outros 9 conjuntos com recursos do MCMV e FNHIS foram construídos em áreas não loteadas da expansão urbana das décadas de 1980 e 1990. Apesar de ter ocorrido a expansão urbana, isto não significa que estas áreas eram utilizadas para fins urbanos. Conforme especificado anteriormente, dos conjuntos do PMCMV, somente um era do perímetro urbano e estava ocioso, ao passo que os outros 18 conjuntos foram provenientes do perímetro rural ou estavam no perímetro urbano com finalidade agrícola.

Um elemento que se diferencia dos demais períodos e se destaca na década de 2010 é o direcionamento normativo que o PMCMV proporciona para as construtoras, pois estas têm, entre as suas competências, a definição do terreno para aprovação da CAIXA e anuência do governo municipal. No caso de Ponta Grossa, esta competência retomou com a lógica de expansão do perímetro urbano, por meio da construção dos conjuntos habitacionais.

Como síntese deste percurso entre as décadas de 1950 a 2016, tem-se características que se reiteram historicamente e outras que se diferenciam espacialmente sobre a localização dos empreendimentos habitacionais.

Tabela 4: Síntese das características espaciais da construção dos empreendimentos habitacionais entre 1952 e 2016 em relação ao crescimento do perímetro

Década	Próximo local de trabalho	Em área de ampliação do perímetro urbano	Em áreas não loteadas advindas da expansão do perímetro urbano de períodos anteriores	Crescimento relativo do perímetro urbano em relação a década anterior (%)
1950	02			
1960		4		124,5
1970		1		79,3
1980		8	3	65,5
1990		1	30	0,6
2000		1	18	33,3
2010		11	9	21,4
Total	02	26	60	--

Fonte: Organizado pela autora com dados da pesquisa e os relativos ao crescimento do perímetro urbano: de 1960 a 2000 (NASCIMENTO, MATIAS, 2011) e 2010, calculado pelo Qgis

Isto indica que, no processo de produção espacial, 2 conjuntos habitacionais foram construídos em prol do processo de trabalho, 26 empreendimentos habitacionais necessitaram de ampliação do perímetro urbano para sua instalação e 60 foram implementados em áreas não loteadas e chácaras provenientes da expansão do perímetro urbano de períodos anteriores. No processo histórico, nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 2010, os empreendimentos habitacionais contribuíram para a ampliação do perímetro urbano, e nas décadas de 1990, 2000 e parte de 2010 a 2016, os empreendimentos foram instalados em áreas advindas da expansão urbana de períodos anteriores.

A concentração de glebas dentro do perímetro urbano, inseridas na área urbanizada, caracterizou-se como uma prática do processo de especulação fundiária que permeou o processo de expansão urbana de Ponta Grossa, na segunda metade do século XX e início do XXI (NASCIMENTO; MATIAS, 2011). Desta forma, a cidade aumenta a sua superfície total e este aumento de área encoraja a especulação, e o processo se reinicia, com a ampliação da produção espacial e a especulação continuamente (SANTOS, 1987).

O foco majoritário para a aquisição das áreas para os empreendimentos foi o periférico, áreas onde as terras são mais baratas, por causa do distanciamento da centralidade, das artérias

de transporte, dos equipamentos e dos serviços públicos.

Por outro lado, a produção espacial nas bordas periféricas incide diretamente sobre os custos para estender a infraestrutura urbana, serviços públicos e equipamentos urbanos, aprofundando a segregação socioespacial de uma população com renda salarial baixa.

As ações voltadas para a área habitacional em Ponta Grossa, no seu percurso histórico, demonstram a influência que tiveram sobre a expansão urbana periférica, ocorrendo momentos em que os programas ampliaram a malha urbana e outros em que se utilizou de áreas não loteadas advindas de períodos históricos anteriores. Ambas as formas produziram novas vilas nas periferias distantes da área central, favorecendo o crescimento horizontal espraiado da cidade.

Com o processo de resgate histórico, compreendeu-se que formas espaciais que são dadas num determinado momento podem englobar reflexos do passado ou de outras formas espaciais que se modificaram e vêm se transformando, por via de um constante movimento que se estabelece pelo intermédio das ações do homem na prática socioespacial.

A transformação gradual do uso da terra foi abarcando áreas de uso anteriormente agrícola, produzindo como consequência a ampliação do perímetro urbano, a intensificação da especulação imobiliária e o encarecimento dos investimentos do poder público local em estender a rede de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Com uma legislação estagnada temporalmente e ajustada interessadamente, a política urbana municipal estimulou a (re)construção do ambiente urbano, por meio da (re)ordenação da ocupação do solo da forma habitual ao produzir uma cidade dispersa, penetrada por áreas não loteadas retidas para estimular a finalidade especulativa.

Momento Histórico-progressivo: MCMV como expressão do novo e do velho da política habitacional

Neste momento, regressa-se ao presente considerando a complexidade horizontal e vertical, na qual se processam elementos do presente e passado, que interagem e se entrecruzam nas estruturas temporais da política habitacional,

como elemento constituinte do espaço urbano, mas destaca-se o presente através do PMCMV sobre o espaço local.

A perspectiva da reprodução do mundo capitalista sobre a produção do espaço via política habitacional leva a um entendimento do espaço como produto da ação de diversos agentes sociais em prol de seus interesses, conduzida pela generalização da mercadoria. Assim, o espaço interpenetra toda a sociedade, que necessita usá-lo para a efetivação da vida, contudo, na sociedade capitalista, a lógica do valor de troca transforma o espaço em uma mercadoria e define os limites e as condições de sua utilização e apropriação.

Por sua vez, o valor de uso fica subordinado à lógica do valor de troca. No uso, ficam manifestos os trajetos, os percursos que fazem parte da vida na prática espacial. Na troca, se expressa a valorização da apropriação mercadológica. E os espaços vão se redefinindo pelas estratégias do mercado e “marcam a passagem do processo de consumo no espaço para o de consumo do espaço” (CARLOS, 2004, p.11).

Neste contexto, se manifestam as diferentes formas de apropriação da terra, as quais trazem em seu cerne a constante contradição: a produção espacial ocorre socialmente, porém, a apropriação é privada (CARLOS, 2014).

Com relação aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida com recursos do FAR, vários agentes sociais foram envolvidos. Foi possível inferir que a produção dos conjuntos habitacionais no espaço local foi conduzida por uma política concebida federalmente, que propiciou como agente protagonista as construtoras, as quais tinham a possibilidade de escolher as áreas para a construção dos conjuntos conforme a melhor possibilidade mercantil.

O governo subnacional, através dos municípios, desempenhou uma posição subsidiária na implementação do PMCMV para a gestão do espaço local. Przeworsky (1995) coloca que a autonomia estatal pode ser verificada quando o Estado tem capacidade institucional de escolher seus próprios objetivos e de concretizá-los mesmo diante de interesses conflitantes. No caso do MCMV, os municípios possuem autonomia diante da possibilidade de aprovação ou não dos empreendimentos, o que impacta sobre a produção espacial, não obstante também sofram pressão

dos outros agentes envolvidos para a concretização das ações que possibilitam a implantação dos conjuntos habitacionais.

Desse modo, os governantes municipais têm uma autonomia relativa, haja vista sua capacidade institucional para escolher a forma da produção espacial, ainda que passem por constrangimentos. Segundo Przeworsky (1995), os constrangimentos podem ocorrer por decorrência da oferta, institucionais e econômicos, afetando a autonomia estatal, já que o estado não é coeso numa racionalidade universalista, ao contrário, é permeado por interesses particularistas de atores particulares. Isto se reflete diretamente sobre a expansão da cidade, que vai adquirindo formas, conforme os condicionantes mercadológicos.

As políticas públicas da habitação sustentam uma direção concebida sobre a produção e reprodução do espaço urbano, como também demonstram ambiguidade diante do próprio concebido. O PMCMV, instalado numa conjuntura federativa, apresenta esta discrepância concebida, pois, por um lado, a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e o PlanHab 2009 delegaram aos municípios a competência de implementar os instrumentos de política urbana referente à função social da cidade e ao uso e controle do solo; por outro lado, o MCMV instituiu, entre as competências, a definição espacial dos empreendimentos para as construtoras, estimulando

o setor empresarial construtivo e imobiliário, ao passo que os municípios, dentro de sua função executiva, se adaptam para receber os recursos e legitimar-se perante a população.

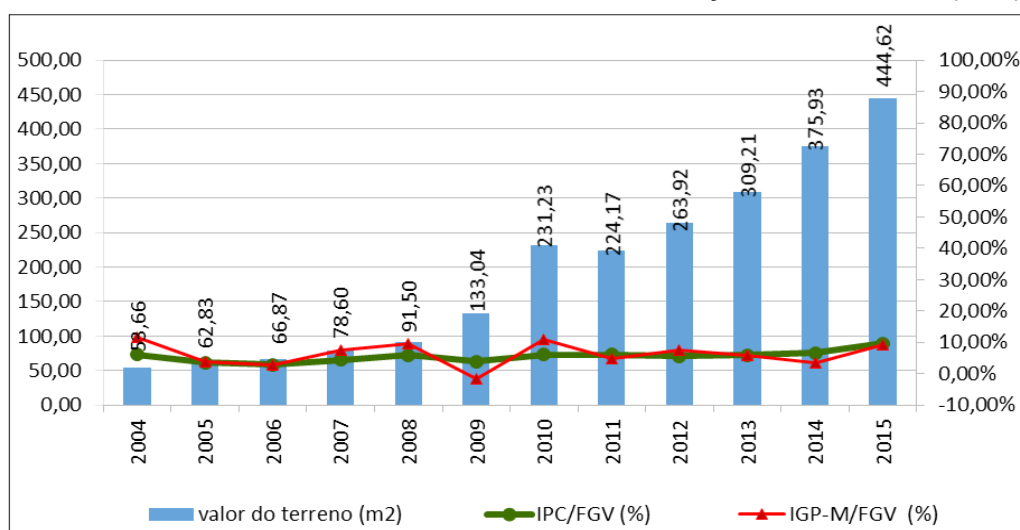
O PMCMV injetou elevados recursos para a produção habitacional nos espaços locais, porém não ocorreu vinculação com o Plano Local de Habitação de Interesse Social como instrumento de planejamento municipal previsto pelo Plano Nacional de Habitação de 2009. Também não adveio nas normativas uma relação com a políticas de solo redistributivas previstas no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Participativo.

No caso de Ponta Grossa, a questão fundiária foi determinante para a consecução do programa no município e para a característica de expansão periférica, entretanto, destaca-se que, após o início de sua implantação, o preço do m² do terreno sofreu uma elevação acentuada.

Dessa forma, os empreendimentos foram produtos viabilizados a partir da dinâmica do mercado como também condição e meio para valorização do m² da terra em todo espaço urbano.

No Gráfico 2 é possível observar o valor da média anual do m² do terreno em Ponta Grossa em relação ao IPC - Índice de Preços ao Consumidor e o IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Estes índices medem o preço de componentes que indicam o preço da inflação.

Gráfico 2: Valor do m² do terreno em Ponta Grossa em relação ao IPC e IGP-M (FGV)



Fonte: Relatórios do INPESPAR² - Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial de 2004 a 2015. Dados organizados pela autora.

² Os dados correspondem a partir 2004, data em que o Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial - INPESPAR iniciou as pesquisas para o município de Ponta Grossa.

Fica evidente que o preço médio do m² do terreno em Ponta Grossa evoluiu conforme a inflação até o ano de 2008. A partir de 2009, o valor do m² expande ano a ano, crescendo muito acima dos índices de inflação.

A variação do preço do terreno entre 2004 e 2015 foi de 236,52%, enquanto que da inflação acumulada pelo IPC foi de 66,99% e do IGP-M foi de 75,66%. Ao se considerar somente o período pós-contratação e implementação de PMCMV, ou seja, entre 2009 e 2015, tem-se uma valorização de 159,81% do m² do terreno. Isto decorreu da lógica mercadológica entre oferta e demanda, isto é, quanto mais demanda por áreas, maior o acréscimo no valor da oferta visto haver interessados na aquisição.

Esta valorização incidiu diretamente sobre os terrenos de maneira geral, o que não indica, contudo, que o valor da área dos empreendimentos MCMV foram valorizados, até porque o valor da área é determinado pelas normativas do programa para a região, e os agentes imobiliários e da construção civil conseguiram imóveis conforme o indicado nas normativas. Porém, em sua maioria, trata-se de áreas rurais ou com finalidade rural, que confrontavam com a área urbana, formando um cinturão de novos conjuntos em bordas periféricas na configuração espacial do espaço urbano de Ponta Grossa. Por outro lado, a materialização desses empreendimentos tem contribuído para agravar a especulação imobiliária, pois mesmo cada novo conjunto habitacional estando situado em áreas afastadas, eleva-se o preço do solo no seu entorno.

Em Ponta Grossa, a definição periférica juntamente com modelos construtivos padronizados e repetitivos e a segregação socioespacial através dos programas habitacionais de interesse social são características de semelhança no percurso histórico, o que define elementos de continuidade dos períodos anteriores. Portanto, a produção de habitações para a população de baixa renda e gerar lucro proporciona rebatimento espacial.

De acordo com a espacialização dos conjuntos na área urbana, os moradores dos conjuntos têm um melhor padrão construtivo habitacional, mas encontram dificuldades na relação espaço tempo para sanar as suas necessidades (educação, saúde, trabalho, consumo, atividades culturais, lazer etc.), situação advinda da

produção do espaço urbano. São nesses espaços que as diferenças socioespaciais se fazem notar.

O processo de produção do espaço ficou expresso na expansão urbana, a qual gerou um ciclo de reprodução social e espacial. Ao demarcar mais espaço, repercutiu a dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade, ao mesmo tempo que concentrou espacialmente pessoas como força de trabalho e mercado consumidor.

Logo, a habitação como uma necessidade e um direito repercute na vivência humana e seu espaço reflete e condiciona as diversas estratégias geradas pelos diferentes agentes sociais.

Ficou evidente que o presente apresenta relações que não são contemporâneas, que possui conexões com o passado, com a forma de gerir as normativas municipais, se adequando aos ditames federais e privados, como também de prosseguir com uma urbanização segregacionista.

Conclusão

O *locus* analisado nesta pesquisa permitiu demonstrar que histórica e progressivamente a terra no espaço urbano encontra-se na condição de mercadoria, onde produção e reprodução do espaço recriam condições para a reprodução do capital e da sociedade

Os agentes envolvidos na política habitacional se mesclam aos agentes da produção do espaço urbano, ou seja, empreendedores construtivos, imobiliários, bancos e o Estado acabam orientando suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria-espaço, na perspectiva mercantil e de reprodução das relações de produção.

No caso do PMCMV, o desenho das normativas foi fator determinante para a produção e reprodução do espaço local. Em Ponta Grossa, as características de implementação do programa se alinharam com as legislações nacionais. Com relação à produção espacial dos conjuntos habitacionais, verificou-se que estes ampliam a lógica da periferação e o crescimento horizontal espalhado da área urbana, sendo que os novos conjuntos, muitas vezes, não estão próximos a bairros já instalados, portanto ocupam uma posição menos integrada à malha urbana.

Esses empreendimentos foram modificando a configuração do espaço local e a sua

apropriação. Quando se investiga o decorrer histórico da implantação dos empreendimentos habitacionais para baixa renda no espaço local, infere-se que as características de expansão urbana também se manifestaram, alternando ciclos de aumento do perímetro urbano e outros absorção de áreas que já haviam sido absorvidas para o perímetro urbano, mas que estavam “em espera” para serem utilizadas no momento correto para o mercado. Desse modo, a expansão da área urbana ocorreu pela demanda por terras para programas habitacionais, como também para estimular a valorização capitalista em áreas urbanas.

Com o regresso histórico, constatou-se que a implantação de vários programas habitacionais potencializou a característica segregatória entre as camadas sociais de baixa renda na estrutura socioespacial da cidade, definindo espacialmente a sua localização periférica.

Deste modo, os programas habitacionais se configuram como produtos, mas também são condição e meio de reprodução da sociedade e reproduzem a sua configuração espacial historicamente. O passado e o presente coexistem e se expressam na dinâmica do processo de construção do espaço urbano pela especificidade da habitação em Ponta Grossa.

O espaço urbano apresentado na contemporaneidade é reflexo histórico da sociedade fragmentada em classes, que, dada a sua homogeneidade, se agrega em determinadas zonas residenciais como uma marca acentuada da cidade capitalista e, por meio das relações socioespaciais, articula-se. Essa localização diversificada no espaço urbano acentua a segregação espacial. Portanto, o espaço se caracteriza como produto e condição da produção e reprodução das relações sociais.

Num esforço de síntese, é possível concluir que a produção do espaço traz à tona os elementos que integram o processo produtivo como os agentes sociais da produção e os objetivos que orientam essa produção numa determinada sociedade. Neste sentido, o espaço, em sua concretude, torna-se produto e condição da reprodução das relações de produção.

Conhecer a produção do espaço urbano por meio das políticas habitacionais, com o aporte investigativo de apreender elementos do passado e do presente através do método

regressivo-progressivo, possibilitou dimensionar uma práxis que revela um movimento de repetição de ações com interesses definidos, como também a mimese das contradições, mas também desponta caminhos para discutir novas práticas socioespaciais, possibilidade de uma nova práxis urbana, vinculando acesso socialmente mais justo ao uso do espaço urbano.

Referências

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FRESHE, Fraya. A contribuição dos tempos históricos no espaço para a pesquisa urbana no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2015, Caxambu, MG. **Anais....** Caxambu, set. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica Centro-Oriental paranaense. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**: antologia preparada por Mario Gaviria

Tradução Javier González-Pueyo (do original *Du rural à l'urbain* Paris: Anthropos, 1970). 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

_____. **Critique of Everyday Life**. Tradução John Moore (trad. 2ª ed. *Critique de la vie quotidienne*). London and New York: Verso, 1991.

_____. **A Produção do Espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (Original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000) - fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Prefácio** - A Produção do Espaço. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser (original - Paris: Econômica, 2000, p.xvi-xxviii). **Estudos Avançados**, São Paulo, v.27, n.79, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300009&script=sciarttext>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS; Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba: UFPR, v.23, p. 65-97, 2011.

ORTIGOZA, Sílvia Ap. Guarnieri. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na geografia urbana. In: GODOY, P.R.T. (Org.) **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia** (online). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.156-184.

PONTA GROSSA. **Plano Diretor Participativo Município de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 2006.

PONTA GROSSA. **Lei 6329/ 1999** - Consolida e atualiza a legislação que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo das áreas urbanas do município de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/414399/lei-6329-99>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PONTA GROSSA. **Lei nº 10.559/ 2011. Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Disponível em: <http://prolarpmg.com.br/wp-content/uploads/lei_10559_130520011.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2014.

PRZEWORKSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Tradução Argelina Cheilub e Pedro Paulo Zahluth. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **CONFINS – Revue Franco- Brésilienne de Géographie**, n 5, 2009. Disponível em: <https://confins.revues.org/5633?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2016.